



DOI: 10.12957/transversos.2023.79565

## REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC) E O ENQUADRAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS MÍDIAS SOCIAIS

### THE BRAZILIAN NETWORK OF WOMEN SCIENTISTS (RBMC) AND THE FRAMEWORK OF GENDER INEQUALITY IN SOCIAL MEDIA

Francisca Elizabeth Cristina Araújo Bezerra

Universidade Federal do Ceará (UFC)

[fecab22@gmail.com](mailto:fecab22@gmail.com)

Juliana Guimarães e Silva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

[julianaguimarães@ufc.br](mailto:julianaguimarães@ufc.br)

Carmem Emmanuely Leitão Araújo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

[carmemleitao@ufc.br](mailto:carmemleitao@ufc.br)

#### Resumo:

Este artigo busca compreender a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) e a mobilização da desigualdade de gênero nesse processo. Realizou-se análise do Enquadramento da comunicação da RBMC (Youtube, Instagram, Facebook, Twitter e site) e portais que noticiaram sobre a Rede nas mídias sociais, em seu primeiro ano de atuação (abril 2021/2022). A análise do frame “desigualdade de gênero”, central para a Rede, ratifica a condição complexa e histórica das mulheres, o agravamento com a deslegitimação da ciência e a Covid-19; evidencia violências diversas que enfraquecem políticas públicas, causam inseguranças e risco de morte; sobretudo às mulheres pobres, negras e de regiões periféricas. Conclui-se que a RBMC, em seu ativismo digital, interseccional, busca dar visibilidade às mulheres, intervir na agenda pública e ratificar que a ciência não é neutra, mas ponto de partida para políticas públicas mais justas.

**Palavras-Chave:** Desigualdade de Gênero; COVID-19; Redes Sociais; Políticas Públicas.

#### Abstract

This article seeks to understand the actions of the Brazilian Network of Women Scientists (RBMC) and the mobilization of gender inequality in this process. An analysis was carried out of the RBMC communication framework (Youtube, Instagram, Facebook, Twitter and website) and portals that reported on the Network on social media, in its first year of operation (April 2021/2022). The analysis of the “gender inequality” framework, central to the Network, confirms the complex and historical condition of women, which has worsened with the delegitimization of science and Covid-19; they highlight various types of violence that weaken public policies, cause insecurity and risk of death; especially to poor, black women and those from peripheral regions. It is concluded that RBMC, in its digital, intersectional activism, seeks to give visibility to women, intervenes in the public agenda and ratify that science is not neutral, but a starting point for fairer public policies.

**Keywords:** Gender Inequality; COVID-19; Social media; Public policy.

## Introdução

A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) constitui-se como uma experiência inédita e interdisciplinar, ao agregar milhares de mulheres de diferentes campos do conhecimento e vinculadas a diversas instituições de ensino e pesquisa do território nacional. Para enfrentar condições e crises múltiplas que atingem a vida de mulheres, especialmente daquelas mais vulnerabilizadas no contexto da pandemia de Covid-19, a RBMC passou a utilizar as mídias sociais com o intuito de ampliar o debate público e influenciar na elaboração de políticas públicas para mulheres.

Quando a RBMC foi lançada, em 23 de abril de 2021, pesquisadores de todo o mundo já debatiam os impactos sociais da crise sanitária, especialmente, em países de imensas desigualdades (MATTA *et al.*, 2021). No Brasil, além de preocupações com grupos específicos, constava-se a descoordenação das políticas públicas (ABRÚCIO *et al.*, 2020; OLIVEIRA; FERNÁNDEZ, 2021; VIEIRA; SERVO, 2020), o agravamento do negacionismo científico (CAPONI, 2020) e o relevante descompasso entre decisões do Governo Federal, políticas públicas e evidências científicas acumuladas (HORTON, 2020). Nesse contexto, a situação de maior desproteção das mulheres no país, por conseguinte, das violações de seus direitos decorrentes de disparidades, já estava constatada (IBGE, 2021; MATTA *et al.*, 2021).

A crise sanitária intensificou uma violência histórica e estrutural que apresentou novas facetas da desigualdade de gênero e do sistema patriarcal (CAMPOS; TCHALEKIAN, 2020). As desigualdades de gênero são problemas complexos e históricos, congregam características das problemáticas e desafios de cada tempo; logo, não poderia ser diferente com a pandemia da Covid-19. Ressalta-se a compreensão de que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais alicerçadas sobre relações desiguais de poder e, portanto, meio primordial de articulação do poder. Vale destacar ainda que gênero, enquanto categoria analítica, associa-se ao conceito de patriarcado que, para Saffioti (2004), remete às relações de dominação-submissão e o modo como elas foram instituídas.

Mobilizações em defesa da vida de mulheres, de modo a atender e resguardar seus direitos, tornaram-se fundamentais na Pandemia de Covid-19, dada a gravidade da vulnerabilidade de mulheres e de parcela da população que depende de seus cuidados (MATOS; ANDRADE, 2021). Em contexto de crises - sanitária, política, da ciência - a RBMC foi criada a fim de alargar o debate público e influenciar políticas públicas embasadas na ciência e contra à

marginalização, violência, submissão e morte das mulheres; num momento não só histórico, mas também bastante desafiador para o país (RBMC, 2021).

A RBMC, aqui, é entendida enquanto um coletivo implicado em processos de mobilização (MAIA, 2009), com clara conotação de ativismo digital (SCHERER-WARREN, 2005; 2013; ARAUJO, 2016; FILHO; COUTINHO, 2016). Para além de caracterizar o ativismo feminista e os movimentos de mulheres, o ativismo digital é instrumento de luta da quarta onda feminista, na América Latina (MATOS, 2014) e Brasil. Seja para ações organizadas e executadas no ambiente on-line, como organização de ações off-line; as redes sociais possibilitam discussões que agregam pessoas e transmitem conteúdos e iniciativas diversas, com potencial de contribuir para formação política (FILHO; COUTINHO, 2016).

Essa experiência nos incitou a responder algumas questões, dentre elas: (i) Como a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas atua por meio de mídias sociais? (ii) Como as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres brasileiras são mobilizadas pela RBMC? Assim, este trabalho busca compreender como desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres brasileiras foram mobilizadas, evidenciadas e tratadas por um coletivo de mulheres vinculadas à ciência brasileira, bem como dar os primeiros passos na compreensão sobre as consequências das articulações e estratégias da RBMC, em seu primeiro ano de existência, ou seja, entre abril de 2021 a abril de 2022.

O trabalho possui três seções: a primeira apresenta o método selecionado, a Análise do Enquadramento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012) para identificar quadros interpretativos e noticiosos presentes na comunicação e interações estabelecidas nas mídias sociais; na segunda, trazemos dados referentes às interações gerais da RBMC nas mídias sociais (quantitativos, unidades de análise recorrentes, períodos de maior mobilização, temáticas em destaque e quadros identificados; na terceira e última, são apresentados o modo pelo qual se manifesta, detalhamento e análise do quadro aqui designado como “Desigualdades de Gênero”.

## **1. Sobre o Método: a Análise de enquadramento da RBMC**

Está constatado que o uso da internet, redes sociais e tecnologias digitais levam à formulação de novos repertórios, produção e divulgação de materiais e conteúdo e aproximação de diversos atores (PEREIRA, 2011). Com impactos variados, as redes sociais são espaços favoráveis à visibilidade de questões políticas (BERNARDES, 2020) e que geram debates e

discussões ao transitar pelas estruturas sociais (NETO; BARRETO; SOUZA, 2016).

O Enquadramento é uma “ferramenta teórica apta a captar a dimensão simbólica interpretativa das relações sociais”, permite uma análise adaptativa, que pode abranger objetivos diversos como “campanhas políticas, reality shows, eventos públicos, movimentos sociais e conversas informais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012: p. 187), abordagem potente e crescente nos estudos sobre interações em espaços digitais.

Para Goffman (1986 *apud* MENDONÇA; SIMÕES, 2012), frame analysis é sequência interativa e cotidiana, que organiza a experiência dos sujeitos no mundo; o quadro (frame) define a situação, identificando e descrevendo acontecimentos e o envolvimento dos sujeitos neles. Assim, existe a possibilidade do uso e classificação do enquadramento noticioso (notícias, em geral, construídas por jornalistas) e interpretativo (avaliação de temas e eventos por diferentes atores) (PORTO, 2004 *apud* MENDONÇA; SIMÕES, 2012). A experiência de cada pessoa é consequência de como ela enquadra sua realidade, significados e sentidos atribuídos a objetos e acontecimentos no espaço e tempo, permitindo a extração do sentido incorporado à experiência (HANGAI, 2012). No coletivo, há a percepção das interpretações atribuídas a processos de mobilização (manifestações, campanhas, ações etc.) do poder político e econômico para influenciar agendas políticas e enquadrar questões públicas antes sem a visibilidade desejada (MAIA, 2009), tal como observado neste trabalho.

Nas Frame Analysis (análises dos quadros) não há modelos prontos, o método é desenhado a partir do objetivo estabelecido. Dessa forma, a análise dos dados coletados se dá numa leitura crítica do dito, explícito ou disfarçado. A técnica envolve elementos quantitativos e qualitativos, permite definir unidades de análise (periódicos ou portais selecionados) e categorias (quadros a serem analisados), com recorte temporal e espacial (BONONE, 2017). Sendo os quadros construções culturais que mobilizam lutas (MENDONÇA e SIMÕES, 2012).

Neste trabalho, o recorte temporal é o primeiro ano de existência da RBMC (abril/2021 a abril/2022). Nesse período, um material extenso foi publicizado diretamente ou indiretamente pela RBMC. As informações foram identificadas em sites e contas no *Youtube*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* da RBMC e matérias publicadas nos portais que repercutiram notícias oriundas da Rede e ou explicitaram a vinculação de pesquisadoras a este coletivo. Para isso, foram utilizados sites de busca, usando como palavra-chave principal “Rede Brasileira de Mulheres Cientistas” e registrados os respectivos resultados identificados.

As informações foram organizadas cronologicamente, em uma planilha, especificando data, plataforma, tipo de postagem, link, tema, título, resumo do conteúdo/ação e autoras/es responsáveis (quando especificados); o que permitiu quantificar e identificar unidades de análise (portais/plataformas), períodos de maior exposição/interação sobre a RBMC, questões mais recorrentes, quadros e análise das interações (próxima subseção). A apreciação das informações se deu em um processo hermenêutico e holístico manual<sup>1</sup> levando ao estabelecimento de categorias que ultrapassaram a quantificação; buscando assim, a essência (ideia central balizadora) das situações vividas e ações realizadas, emoldurando sentidos (MATTHES; KOHRING, 2008; MAIA, 2009; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; HANGAI, 2012; BONONE, 2017).

Conforme a literatura utilizada, os quadros não são temas, nem contextos, mas construções culturais que mobilizam lutas, que nos permitem identificar as interações estabelecidas (MENDONÇA e SIMÕES, 2012). Esse movimento permitiu não apenas a identificação dos quadros, também não se restringe à exposição dos frames nos quais o enquadramento se materializa; mas uma contextualização analítica e teórica, a seguir.

## **2. Comunicação e interações estabelecidas pela Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC): das interações à identificação dos quadros na RBMC.**

A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) foi lançada com a adesão de cerca de 4000 pesquisadoras de todas as regiões do país, dos mais variados campos do conhecimento (RBMC, 2021) e um Comitê Executivo com 31 pesquisadoras reconhecidas nacionalmente, que assumem um papel organizativo dos processos desenvolvidos.

Considerando o distanciamento nas relações estabelecidas na Pandemia de Covid-19, a RBMC fez uso da comunicação online em diferentes espaços da mídia, redes sociais e tecnologias digitais. Foram registradas 767 movimentações, sendo a maioria nos primeiros seis meses (576). Do total, 80% (616) têm origem na RBMC e 20% (151) em fontes distintas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Matthes e Kohring (2008) definem que hermenêutica é a interpretação de textos, identificando e estabelecendo a relação entre os enquadramentos e elementos culturais; de forma holística manual, com análise qualitativa de textos e análise manual de conteúdo.

<sup>2</sup> Os portais citados na Tabela 02 são os que tiveram duas ou mais publicações identificadas. Em sua maioria são relacionados a instituições de pesquisa e ensino ou focados em divulgação de conteúdos, ações e notícias fundamentadas no conhecimento científico, entre outras questões; e outros, com postagens únicas, como BBC News, Tribuna do Norte, Jornal O Dia, etc.

Tabela 01 - Movimentações/publicações por período, unidades de análise, temas recorrentes e enquadramentos identificados, entre abril de 2021 a abril de 2022.

<b>Movimentações/publicações da RBMC nas Mídias Sociais</b>					
<b>Origem/Responsáveis pelas publicações - Total de Movimentações 767</b>					
<b>RBMC</b> (Redes Sociais e Site)		80% (616)		<b>Outros</b>	
				20% (151)	
<b>Nº de publicações/ações da-com-sobre a RBMC - Mês: Abril-2021/2022</b>					
<b>Abr/21:</b> 70	<b>Mai/21:</b> 199	<b>Jun/21:</b> 72	<b>Jul/21:</b> 153	<b>Ago/21:</b> 54	<b>Set/21:</b> 28
<b>Out/21:</b> 34	<b>Nov/21:</b> 40	<b>Dez/21:</b> 18	<b>Jan/22:</b> 26	<b>Fev/22:</b> 24	<b>Mar/22:</b> 23
<b>Abr/22:</b> 26					
<b>RBMC - ações e publicações / plataforma (616)</b>					
<b>Site:</b> 20	<b>Instagram:</b> 99	<b>Facebook:</b> 69	<b>Twitter:</b> 416	<b>Youtube:</b> 12	
<b>Publicações (151) em outros portais</b>					
<b>Unicamp:</b> 08	<b>Fiocruz:</b> 08	<b>Nexo:</b> 08	<b>Bori:</b> 07	<b>UOL:</b> 06	<b>Cogemas:</b> 04
<b>UFRN:</b> 04	<b>USP:</b> 04	<b>SBPC:</b> 03	<b>UFABC:</b> 03	<b>Geledes:</b> 02	<b>UNIT:</b> 02
<b>APUFSC:</b> 02	<b>PEX:</b> 02	<b>FAPESP:</b> 02	<b>Rede Brasil Atual:</b> 02	<b>Unisinos:</b> 02	<b>Observar BR:</b> 02
<b>UFAL:</b> 02	<b>UNB notícias:</b> 02	<b>Século Diário:</b> 02			
<b>Temas Recorrentes</b>					
Direitos; Mulheres; Sexismo; Desigualdade; Assistência Social; Covid-19; Ciência; Imunização; Saúde; Independência; Gênero; Pandemia; Negacionismo; Vacinação; Política; Responsabilização; Política Pública; Democracia; Divulgação RBMC; Mortes; Testagem; CPI da COVID; Tratamento Precoce; Interseccionalidade; Invisibilidade; Crise Sanitária; Direitos Humanos; Higiene; Cuidado; Máscara; Participação; PEC 32; Desnutrição; Obesidade; Merenda Escolar; Povos Originários; Marco Temporal; Populações Tradicionais; Trabalho Doméstico, Moradia; Pesquisa; Educação; Violência; Fome; Participação Política; Democracia; Mulheres Negras; Grávidas e Puérperas; Raça; Classe; Insegurança Alimentar; Desigualdade de Gênero; Mulheres na Ciência; Eleições; Violência Política; Racismo; LGBTQIA+; Inclusão; Governo Federal; Coordenação Nacional; Violência Doméstica; Reforma administrativa; Saúde Pública; Saúde Coletiva; SUS; Economia; Meio Ambiente; Visibilidade Trans; Políticas afirmativas; Diversidade;					
<b>Enquadramentos Identificados</b>					
Mobilização e Articulação	Saúde e Pandemia	Ciência e Educação	Política Pública, Estado e Direito	Desigualdade Gênero	

Fonte: elaboração própria (2023)

A predominância nas plataformas da RBMC, a qual se mostra como principal divulgadora de informações sobre si e no compartilhamento e/ou em articulação com outras pesquisadoras e o público. Apesar da alta concentração nas plataformas da RBMC, atividades com parceiros, convidados e divulgação de outras iniciativas são promovidas pela Rede. A diversidade de canais de comunicação aponta para uma importante capilaridade e articulação com mídias alternativas e instituições para disseminar o conhecimento produzido, influenciar na opinião pública e decisões sobre políticas públicas. Assim como já corroborado por Pereira (2011), tais espaços são férteis para novos repertórios, produção e divulgação de conteúdo e aproximar atores variados; com debates que atravessam estruturas sociais (NETO; BARRETO; SOUZA, 2016) e desencadeiam impactos diversos, por serem espaços que favorecem a visibilidade de questões políticas (BERNARDES, 2020).

Certa flutuação temporal no fluxo de interações parece estar relacionada aos períodos de campanhas, ações e produções realizadas, que seguem a realidade vivenciada por mulheres com ou sem os desafios da Pandemia de Covid-19. A variedade de temas reflete a complexidade da discussão ampla a respeito da condição desigual das mulheres.

Cinco *frames* emergiram das interações estabelecidas ao longo do período analisado: Movimento e Articulação, ao tratar do *modus operandi* da Rede; Saúde e Pandemia traz reflexões e sugestões para o enfrentamento da crise sanitária, implicando críticas à atuação dos governos na pandemia de Covid-19, especialmente no âmbito do Governo Federal; Ciência e Educação aponta para uma atuação da RBMC em defesa do conhecimento científico e acesso à educação para todos, em diversos níveis; em Política Pública, Estado e Direito há várias manifestações sobre a desigualdade social, ausência de políticas, fragilização das instituições estatais e desmonte de direitos no Brasil; Por fim, o quadro Desigualdade de Gênero, assinalado neste manuscrito, ressalta a vulnerabilidade das mulheres em diversos âmbitos da sociedade e aparece conectado à ciência, à pandemia e às ações do Governo Federal. Ele visualiza demandas direta e indiretamente relacionadas às mulheres.

### 3. Desigualdade de Gênero na Rede Brasileira de Mulheres Cientistas

De modo geral, o *frame* Desigualdade de Gênero envolve o debate que relaciona questões estruturais e históricas sobre a disparidade entre gêneros, de modo a especificar como mulheres são impactadas por essas relações em diferentes âmbitos de suas vidas, bem como do

agravamento ocasionado pela pandemia de Covid-19. Isso é perceptível a partir dos discursos que conformam as publicações e interações, seja a partir das falas diretas das cientistas e/ou por meio das construções jornalísticas.

É fato que, desde o seu início, as desigualdades de gênero na sociedade brasileira foram retratadas pela Rede, a qual ressalta evidências científicas das intersecções entre gênero e outras vulnerabilidades. Em especial, no contexto de crise sanitária, em sua Carta de Compromisso, afirma que

Sobre elas [as mulheres] recai o trabalho do cuidado em relação às crianças, idosos e enfermos, muitas vezes na condição de chefes de família [...] Além disso, tem sido abundantemente noticiado o agravamento dos casos de violência doméstica e política contra as mulheres [...]. As mulheres pobres, negras e moradoras de periferias são ainda mais fortemente afetadas pela pandemia [...] somado ao racismo, à misoginia e ao sexismo, sempre presentes em suas vidas. (RBMC, 2021: s/p).

As notícias e publicações relacionadas à RBMC e suas pautas corroboram com a literatura que cruza a situação de mulheres, outros grupos vulnerabilizados e a Pandemia da Covid 19 (ABRASCO, 2020; CAMPOS; TCHALEKIAN, 2020; MATTA *et al.*, 2021). As repercussões imediatas da pandemia com a necessidade de implementação das medidas de isolamento social incidiram sobre as mulheres e alteraram seu cotidiano, em diferentes dimensões, como trabalho, família e rotinas individuais. A intensificação da convivência doméstica e familiar, em condições nem sempre adequadas, para atender às novas demandas de cuidados/trabalhos domésticos, ensino à distância e manutenção do trabalho presencial ou remoto, que são modificações, difíceis por si só, suscitaram adaptação individual e coletiva, em um contexto de desigualdades socioeconômicas, racismo, sexismo e patriarcado estruturais que caracterizam a sociedade brasileira (ONU MULHERES, 2020).

É explicitado que, em tempos pandêmicos, embora as mulheres sofram com as desigualdades de gênero nas distintas dimensões de suas vidas, é sobre as mulheres negras que recai sobremaneira a subalternização. Abordar desigualdades de gênero sem racializar as relações sociais, significa elaborar análises fragmentadas, considerando as mulheres como grupo homogêneo e em iguais condições. Entretanto, é preciso evidenciar que entre as próprias mulheres ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e acessos (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). Neste contexto, Gonzalez (1984) afirma que a articulação entre o racismo

e o sexismo resultam em efeitos violentos sobre as mulheres negras. A autora declara, ainda, que naturalizar a subalternização das mulheres negras significa relegar seus corpos e subjetividades ao lugar social de servidão.

Articular gênero, raça e classe, por exemplo, destaca e problematiza o pertencimento social dos sujeitos de forma analítica e política (KNAUTH, 2021). Por certo, a Rede aponta que gênero reforça desigualdades e vulnerabilidades históricas, traz uma agenda atual de pesquisa e militância feminista, na qual se aprofunda o debate interseccional em contraponto à exasperação do fundamentalismo contrário à autonomia das mulheres. Isso ganha mais expressão no uso das tecnologias virtuais e a retomada das ruas se tornam estratégias de resistência, a exemplo de outras experiências, como a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Primavera Feminista, etc. (SCHUMAHER, 2018). Essas mobilizações e organizações de mulheres, pelos movimentos feministas ou não, ocorrem pelo fato da persistência da desigualdade de gênero cotidiana e agravada, por exemplo, ao afligir mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres negras e as que residem em territórios marginalizados (IBGE, 2021; MATTA *et al.*, 2021).

Em consonância, a RBMC reporta-se ainda à manutenção da dualidade entre o público e o privado, tema recorrente e central dos debates feministas e de gênero (OKIN, 2008), que perpassa estereótipos, sobrecarga e invisibilidade do trabalho e violências múltiplas que atravessam esses espaços, pois,

além dos estereótipos [...] a questão da divisão sexual do trabalho. Isso é superconhecido, então, às mulheres são atribuídas as questões do cuidado. E é tão paradoxal, porque ao mesmo tempo às mulheres são atribuídos esses cuidados e isso é desvalorizado” (LETÍCIA DE OLIVEIRA, ANPOCS, 2021: s/p)<sup>3</sup>.

Ainda,

Medidas de isolamento e distanciamento levam as pessoas a terem de conviver mais tempo dentro de casa, o que cria um ambiente propício para a ocorrência de violências de gênero não denunciadas”, aponta a professora Mariana Mazzini Marcondes, do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFRN) (TRIBUNA DO NORTE, 2021: s/p)<sup>4</sup>

Neste sentido, ela acentua o debate acerca das barreiras que impedem a tematização e a visibilidade da violência doméstica, a qual tende a ser naturalizada como parte constitutiva da

---

<sup>3</sup> "Participação de Letícia de Oliveira, em 19/10/21, na Mesa “Mulheres na ciência: desigualdades e obstáculos para a participação feminina na produção científica” no 45º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

<sup>4</sup> Divulgação do Lançamento da RBMC no Jornal Tribuna do Norte, em 20/04/21.

relação de dominação entre homens e mulheres, como já apontado por Birolli (2013). Assim, as pesquisadoras que integram a RBMC parecem desafiar a manutenção e tentativas de naturalização das relações de gênero estabelecidas na sociedade brasileira.

Além de evidenciar a persistência e agravamento das condições de violência no âmbito familiar e doméstico, a Rede mobiliza a discussão sobre outras formas de violência, anteriores e para além do contexto pandêmico, conforme exposto a seguir, na Tabela 02:

Tabela 02 – Violências/negligências destacadas pela RBMC nas mídias sociais, de Abril/2021 a Abril de 2022<sup>5</sup>

RECORTE	FORMA DE VIOLÊNCIA/ NEGLIGÊNCIA	REFERÊNCIA/ UNIDADE DE ANÁLISE	DATA
“Mas, além dessa violência, de forma geral mais falada e explícita, há uma precarização geral, afirma Flávia Birolli, professora de Ciência Política da UnB e integrante da rede”.	Institucional/ Estatal/Social	Phillippe Watanabe no Folha UOL	19 de abril de 2021
“A violência policial também se volta contra corpos negros [...] A brutalidade que atinge sistematicamente cidadãs e cidadãos negros expõe o racismo estrutural e a banalização da morte da população nas periferias das grandes cidades”.	Policial/Racista	Manifesto em Defesa da Vida de Mulheres Negras no Site da RBMC	06 de maio de 2021
“O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo (Transgender Europe) e que assassina aproximadamente 5 mulheres por dia (Rede de Observatório da Segurança). Segundo o último Atlas da Violência, 75,5% dos homicídios são de pessoas negras”.	Política e transfóbica	Manifesto Benny Briolly no Site da RBMC	15 de maio de 2021
“A vulnerabilidade à insegurança alimentar desses domicílios é o ápice das desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira, que se manifestam nos altos índices de desemprego; nas diferenças salariais; na responsabilização do cuidado com os filhos, familiares e portadores de necessidades especiais; nas diversas formas de violência contra mulheres; nas dificuldades de participação na vida pública e nos espaços políticos”.	Diversas: geral, doméstica, policial, política e institucional, legal, etc.	Catia Grisa e Silvia Zimmermann (Membros da Rede) na Agência BORI	14 de junho de 2021

<sup>5</sup> As violências citadas são mobilizadas pela RBMC, em seu site (os manifestos) e *youtube*; em participações da Rede no 45º Encontro da Anpocs; em artigo de Opinião na Agência Bori e notícia da Folha de São Paulo.

“A participação política, a participação na comunidade... em termos de ocupação de espaço dentro da chamada política representativa, o que se tem observado é que não existe apenas um problema de gênero, mas um racismo que estrutura todo o processo eleitoral, impedindo muitas vezes a efetivação das candidaturas negras e, de modo mais específico ainda, de mulheres negras”.	Política, Sexista,Racista	Valdênia Menegon no 45º Encontro da Anpocs	20 de outubro de 2021
“As mulheres que têm dinheiro conseguem acessar métodos seguros, que são os métodos que estão presentes nos serviços de saúde, ao passo que as mulheres pobres vão recorrer a métodos inseguros. E aí, são essas mulheres pobres, em sua maioria mulheres pretas, que mais morrem em decorrência de um aborto inseguro no nosso país”.	Social/Estatal e Institucional/ Saúde/legal	Helena Paro em Live no Youtube da RBMC	07 de abril de 2022

Fonte: elaboração própria (2023)

Apesar da “precarização geral” mencionada, a RBMC vai de encontro a qualquer resquício de naturalização de violências relacionadas ao gênero. As Notas Técnicas da RBMC<sup>6</sup> trazem em menor ou maior destaque a desigualdade de gênero. As discussões abrangem diferentes formas de desigualdades, violências e opressões em várias manifestações nas redes e mídias sociais [da RBMC] e o entrecruzamento das desigualdades sociais. Ao pensar a interseccionalidade como entrecruzamento, o conceito é entendido a partir da metáfora de encontro de avenidas, no qual vários eixos de poder – gênero, raça, classe, etnia – se configuram nas vias que estruturam os terrenos sociais, econômicos, políticos, e é por meio do cruzamento destas vias que as dinâmicas de desempoderamento ocorrem (CRENSHAW, 2002). Neste sentido, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego de todas essas vias” (CRENSHAW, 2002: p. 177).

É perceptível como a Rede busca reconhecer, articular e discutir estruturas de opressão e exclusão. Seja de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade/território, capacidade, etnia, etária e outras; em suas conformações mútuas e imbricadas nas experiências cotidianas, individuais e coletivas (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2020). Tal posicionamento é essencial, pois, reconhecê-las é assumir a responsabilidade de compreender como o trabalho de cada um as reproduz, ou não; analisá-las é um ato político (SCOTT, 1994) com potencial de administrar conflitos sociais e desarticular essas estruturas,

<sup>6</sup> Ao todo, já foram divulgadas 14 Notas Técnicas. [Notas Técnicas - \(mulherescientistas.org\)](https://mulherescientistas.org)

principalmente, ao considerar as políticas públicas, tanto específicas como as mais gerais, meios para esse fim (BEHRING; BOSCHETTI, 2006; NASCIMENTO, 2016).

Para as integrantes da RBMC, esses sistemas de discriminação também impactam a forma como o Estado busca intervir sobre essas desigualdades:

“As políticas públicas já nascem fracassadas, elas não são interseccionais. E a interseccionalidade [...] dá conta de identificar aquilo que estruturalmente produz uma desigualdade e os caminhos ou as ferramentas para superação dessa desigualdade, ela não apenas constata [...] é um dispositivo teórico, metodológico e analítico que movimenta os processos. Esse é o problema da nossa política pública, ela trata todo mundo como igual, quando não somos e nem queremos ser (ELAINE NASCIMENTO, ANPOCS, 2021: s,p)<sup>7</sup>.”

Múltiplas inseguranças são desencadeadas nesses processos, dentre as quais àquelas que provocam fome e morte. No Programa Conexões (podcast), da Universidade Federal de Minas Gerais, em 23 de abril de 2021, por exemplo, Natália Sátyro (2021: s/p)<sup>8</sup> traz à discussão o fenômeno de “feminização da pobreza” e seu aumento no contexto da pandemia de Covid-19, sendo as mais vulneráveis aquelas de baixa renda e negras, destaca que “essas mulheres precisam ser protegidas, para continuar vivendo, a gente precisa entender que nós precisamos proteger as pessoas, inclusive, para a vida, [...]”.

Importante notar que a expressão “feminização da pobreza” não é recente, foi utilizada inicialmente para retratar o aumento da proporção de mulheres entre os economicamente vulneráveis e o crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres no mesmo grupo, nos Estados Unidos, entre 1950 e 1970 (COSTA *et al.*, 2005). No Brasil, Sueli Carneiro (2011) classifica-a como fenômeno crescente, que impacta populações negras, em consequência da globalização. Por sua vez, a rede retoma essa discussão mediante uma conjuntura acentuada de crise. Sátyro (2021) fala da desigualdade crônica e o agravamento no contexto pandêmico, destacando mudanças e enfraquecimento de políticas públicas de proteção social no Brasil.

Interessante que ao mesmo tempo em que a RBMC se mobiliza na defesa da desproteção das mulheres (ampla e diversa); assinala desigualdades particulares relacionadas ao âmbito acadêmico, problema geralmente pouco abordado, mas enfrentado diretamente pelas

---

<sup>7</sup> Elaine nascimento, em 20/10/2021, fala sobre Protagonismo das mulheres invisíveis para assunção a direitos em territórios marginalizados: interseccionalidade, cidadania e direitos humanos no 45º Encontro da Anpocs.

<sup>8</sup> Natália Sátyro, enquanto representante da RBMC fala sobre o impacto da pandemia, em específico, para mulheres vulneráveis economicamente e negras.

integrantes da Rede. Luciana Tatagiba (2022: s/p)<sup>9</sup>, em 11 de março de 2022, em entrevista ao IFCH/UNICAMP, discorre

A rede, eu costumo dizer que ela tem dois braços de atuação: um que se volta a incidir no debate público em defesa da vida das mulheres, principalmente, as mulheres em situação de vulnerabilidade...; mas o outro braço, obviamente, porque somos mulheres cientistas, têm a ver com a defesa de uma maior equidade de gênero na academia.

Entre postagens e notícias, entre defesa de pontos relevantes e compartilhamento de experiências, também permanecem alinhados reflexões e apontamentos sobre este problema, como observado na Tabela 03:

Tabela 03 – A ênfase da desigualdade de gênero na Ciência, de Abril/2021 a Abril de 2022<sup>10</sup>

RECORTE	INTEGRANTES DA RBMC / UNIDADE DE ANÁLISE	DATA
“Ele poderia ser o coordenador, mas quis a autoria sem ser autor. O patriarcalismo, a mentalidade escravocrata, a misoginia, o deboche são armas de luta de muitos cientistas homens ou de burocratas dos recursos financeiros. A posição de muitos homens mudou muito. Há uma legião de colegas homens que mudaram. Mas há o núcleo duro da instituição. No currículo lattes não pode ter um período sem produção. As mulheres cientistas mães que ficam no período dos primeiros cuidados e construção dos afetos sem publicar. Temos um direito usurpado pelos ditames burocráticos do currículo” (s/p).	Marta Benini no Hoje Maringá	19 de abril de 2021
“Os efeitos desiguais de gênero, raça e parentalidade na pandemia. As mulheres, principalmente negras (com ou sem filhos) e brancas com filhos (especialmente até 12 anos) foram as mais afetadas pela pandemia no que diz respeito à produtividade acadêmica ( <i>parent in science</i> , 2020)” (s/p).	Instagram e Facebook da RBMC	24 de janeiro de 2022
“Para nós mulheres pretas, nós não temos muito a comemorar... ainda somos só 2%, se eu não me engano, 2,5% de professoras, por exemplo, negras, na academia. [...] A gente não pode deixar de levar em consideração alguns aspectos que são extremamente importantes: mulher não é uma categoria universal; sem que haja estímulo, incentivo, sobretudo, entre as pessoas mais pobres, não vai haver aumento de mulheres produzindo um conhecimento que tenha razão de existir” (s/p).	Rosângela Aparecida Hilário em Live da Fiocruz Amazônia	11 de fevereiro de 2022

<sup>9</sup> Na estreia do IFCH Público, a professora Luciana Tatagiba concede entrevista sobre a construção da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas.

<sup>10</sup> Os dados da tabela fazem referência a: 1 – Integrante da Rede, em entrevista, fala de assédio vivido no âmbito acadêmico; 2 – Publicação da RBMC em suas Redes Sociais sobre dados levantados pelo Parent in Science (2020); 3 - integrante da Rede, fala sobre a baixa participação de mulheres negras na ciência e a diversidade das mulheres que compõe ou deveriam integrar o âmbito científico; 4 - integrante da Rede, fala de Transfobia vivida na academia, em Live organizada pela RBMC, sobre Meninas e Mulheres nas Ciências e Tecnologias.

“Eu saí de um concurso em São Paulo que disseram “você tinha que ter sido menos trans e mais física” [...] esse foi o feedback que ganhei... escrito. E isso era o que as pessoas pensaram: você assustou a banca” (s/p).	Vivian Miranda em Live da RBMC	22 de abril de 2022
---	--------------------------------	---------------------

Fonte: elaboração própria (2023)

O reconhecimento de que a ciência não é neutra em termos de gênero “é o ponto de partida para que se possa desvelar e debater coletivamente a discriminação, a seletividade institucional que se realiza em desvantagem das mulheres, a reprodução dos estereótipos e seus efeitos” (BIROLI, 2020: p. 35). A presença de mulheres na ciência desafia razões estruturais e epistemológicas (BIROLI, 2020), representa uma luta contra injustiça social e epistêmica na ciência, que é ainda mais intensa para negras e indígenas, vitimizadas pelo que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio, que apaga e/ou inferioriza, invisibiliza, desqualifica e deslegitima saberes dos povos originários e subjugados, não só no período colonial, mas em um processo contínuo e persistente. Esses aspectos que desafiam as mulheres, precisam ser considerados para uma ciência dotada de diversidade. Assim, como o nome da Rede expressa – mulheres cientistas - a experiência se torna singular ao conectar pesquisadoras e docentes de diferentes áreas de conhecimento, considerando que é no âmbito acadêmico que essa inserção encontra ainda dificuldades (BARROS; SILVA, 2020; CUNHA, DIMENSTEIN; DANTAS, 2021).

A produção do conhecimento por, de e sobre mulheres, sua discussão e divulgação, não se trata de generalizar e universalizar questões, mas pontuar particularidades. Importante notarmos que a constatação de desigualdades requer políticas públicas mais justas para mulheres. No Jornal da USP, Beatriz Azevedo (2021: s/p)<sup>11</sup>, integrante da Rede, enfatizou a posição da rede e destacou que “é preciso pensar em políticas públicas com recorte de gênero, do contrário, as desigualdades nesse sentido podem se acirrar em razão da pandemia de coronavírus”.

Nessa perspectiva, apesar de haver abordagens que se relacionam à regulação de conflitos, que “contribuíram para ampliar os direitos e a cidadania” em um sentido mais amplo (BEHRING; BOSCHETTI, 2006: p. 193). Há autores que usam de denominações mais específicas, como a de políticas públicas de gênero para se referir a

---

<sup>11</sup> Notícia sobre o lançamento da RBMC, em 20 de abril de 2021, no Jornal da USP.

Políticas sociais que incorporam a questão de gênero, o que pode ocorrer com políticas voltadas exclusivamente para as mulheres, ou com políticas mais gerais que incluem as mulheres como beneficiárias em potencial, como é o caso de algumas políticas de combate à pobreza [...] ou pode ser um modelo no qual as mulheres são além de beneficiárias, formuladoras e executoras, ou seja, assumem um papel de sujeito no processo de formulação e implementação (NASCIMENTO, 2016: p. 319).

Frente à importância de se influenciar o contexto da formulação e implementação de políticas públicas, a RBMC também operou na produção de materiais encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19<sup>12</sup>. Conforme aponta notícia da UnB, em 04 de maio de 2023, ao mencionar três notas técnicas que fornecem “dados para que os tomadores de decisão possam identificar que há fundamento quando falamos que os efeitos da pandemia aprofundam as disparidades de gênero” (ANA FARRANHA, UNB, 2021: s/p)<sup>13</sup>. Essas passagens relembram o que Fraser (2003; 2015) aponta como injustiças materiais e simbólicas que estabelecem conexões e padrões sociais; que influenciam preferências, reforçam estereótipos, papéis e identidades que subordinam e vulnerabilizam as mulheres, bem como tornam-se ponto de partida para as análises e a formulação de políticas (BIROLI, 2013).

A Rede destaca interconexões entre desigualdades e violências na política, na *Live* sobre a Reforma Política e as Mulheres, realizada em 23 de junho de 2021<sup>14</sup>, Flávia Biroli relembra que existe há 25 anos uma legislação de cotas eleitorais, porém sem impacto na baixa representatividade feminina na política. De diferentes formas, a RBMC expõe a violência política no processo político (candidatura, campanha eleitoral, exercício do cargo etc.), envolvendo desqualificação e/ou tentativas de eliminação, marcando ações sexistas e patriarcais que privilegiam homens (brancos) candidatos. Isso fica manifesto na fala de Valdênia Menegon, no Portal Gledes, sobre o “racismo que estrutura todo o processo eleitoral, impedindo muitas vezes a efetividade das candidaturas negras [...] situação triplamente crítica de violência política” (2021: s/p)<sup>15</sup>. Assim, a ideia de que a democracia de um sistema político depende de indicadores de igualdade e justiça de gênero (MATOS, 2020) é parte da Rede.

---

<sup>12</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito no Brasil, que investigou possíveis omissões e irregularidades nas ações do governo federal, na época, sob comando de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19.

<sup>13</sup> Ana Farranha, membro da RBMC, concede entrevista, em entrevista à UnB, em 04 de maio de 2021 à Universidade de Brasília sobre a rede nacional de enfrentamento à pandemia com foco nas questões de gênero.

<sup>14</sup> *Live* realizada em parceria com a Frente pelo Avanço dos Direitos Políticos das Mulheres, no *Youtube* da RBMC.

<sup>15</sup> Valdênia Menegon, em artigo no portal Geledes, em 14 de julho de 2021, fala sobre o racismo que atravessa as relações políticas e as disputas eleitorais.

Em todo o processo de comunicação e interação estabelecido, no frame aqui analisado, são mobilizadas violências e violações de direitos no âmbito familiar, social, político e institucional (serviços fragilizados), relações de trabalho, acesso a direitos (Saúde, Educação, Assistência Social etc.), questões socioeconômicas como pobreza, etc.; interseccionais (CRENSHAW, 2002). E para além da exposição do problema, as postagens discutem possíveis soluções e caminhos, realizando ações não restritas ao campo da mera informação/divulgação científica. Identificamos a promoção de formas de mobilização, organização social, de ativismo digital (SCHERER-WARREN, 2005; 2013), considerando os recursos utilizados em seus processos de atuação em rede (explícito no próprio nome) e na rede (espaços virtuais). Seja para ações organizadas e executadas no ambiente on-line, como para organização de ações off-line (FILHO; COUTINHO, 2016); seja on-line (Carta Compromisso, Notas Técnicas, Manifestações, *Lives*, Participação em Eventos, Campanhas, etc.)<sup>16</sup> ou off-line (CPI da Covid via Senadora Eliziane Gama)<sup>17</sup>.

Observamos que a Rede ainda busca se aproximar dos poderes legislativo e executivo; reforça o argumento de que o Estado deveria considerar com maior frequência as vozes, experiências e a ciência produzida por mulheres, ademais do desenvolvimento de políticas públicas que atendam a essas necessidades. Em uma de suas Notas Técnicas ratifica que “Urge ouvir, fortalecer e aprender com essas mulheres. Tirá-las da condição de estatística e dar-lhes, de fato e de direito, condição de cidadãs” (NT da RBMC Nº 12, 2021: s/p)<sup>18</sup>.

Por certo, as desigualdades de gênero impactam as mulheres de variadas formas, em diferentes tempos históricos e lugares. O conhecimento desses processos representa não o simples acesso à informação, mas instrumentaliza a participação na produção do conhecimento, desafiando e desestabilizando princípios estabelecidos, na tentativa de vincular saber e poder, teorizar e operacionalizar diferenças, na construção de uma história feminista que contesta significados e interesses (SCOTT, 1994). Portanto, a RBMC buscou, em seu primeiro ano, mobilizar, enfatizar, enquadrar, dar visibilidade, de modo a pautar que “essas desigualdades e

---

<sup>16</sup> O conteúdo direto da Rede tem origem principal em suas redes sociais e site.

<sup>17</sup> Eliziane Gama, Senadora, em participação no Seminário: CPI, Responsabilização e a Vida das Mulheres, no *Youtube* da RBMC, em 01 de Julho de 2021, comentou sobre as contribuições da Rede para sua atuação na CPI da Covid.

<sup>18</sup> NOTA TÉCNICA Nº 12 “A cor e os territórios da invisibilidade no Brasil durante a pandemia”, publicada em 29/07/2021.

diferenças que constituem as mulheres e nos constituem como mulheres cientistas, guardam também mecanismos de resistência distintos, a partir de nossos locais de vida e áreas de atuação” (BIROLI; TATAGIBA; OLIVEIRA, NEXO JORNAL, 2021: s/p)<sup>19</sup>.

Ao passo que essas mulheres resistem e contestam opressões vividas; assim como ideias não podem ser desvinculadas de quem as cria e/ou as compartilha (COLLINS, 2000[2009] *apud* BIROLI, 2017); tem sido relevante o trabalho da Rede em evocar as experiências das mulheres, sendo capaz de “colocar em xeque dinâmicas excludentes de produção do conhecimento, assim como as realidades parciais que as informam” (BIROLI, 2017: p. 17). Realidades constituídas por significados e interesses estruturados, via exclusão, que produzem e reproduzem ausência, subordinação, desqualificação e repressão de sujeitos, temas e saberes (SCOTT, 1994); envolvem uma reprodução simbólica e material que legitima a separação entre instituições que confiam mulheres em determinadas esferas. Dessa forma, é imprescindível “revelar deficiências normativas da sociedade [...] e validar as lutas contra a dominação” (FRASER, 2015: p. 269) e a tentativa de universalização das mulheres (PASSOS, NOGUEIRA, 2018).

É esse tipo de relação e interação que emergiu das interpretações: a cada postagem, notícia, posicionamento das cientistas da RBMC como parte de suas histórias de vida e trajetórias (das vivências pessoais aos estudos realizados) tecem uma trama de sentidos de como se fazer ouvida em contextos de aprofundamento das formas de violação e opressão. Dessa forma, o enquadramento analisado, também, mostra-se enraizado, ademais, no contexto no qual essas mulheres cientistas da Rede estão inseridas.

### **Considerações finais**

As limitações das interações físicas em decorrência do distanciamento social exigido nos períodos mais rígidos da Pandemia da COVID-19 marcaram a humanidade que, mais uma vez, em sua história, precisou se adaptar e buscar estratégias de sobrevivência (proteção e promoção de saúde; reconhecimento e acesso a direitos). A internet e as tecnologias destacaram-se, nesses processos, ratificando a possibilidade de aproximar indivíduos com interesses comuns, mobilizar capital político, formular novos repertórios e novas estratégias de luta ligadas a questões políticas distintas que, em determinadas situações, sofrem tentativas de invisibilização.

---

<sup>19</sup> Artigo de Opinião de Flávia Biroli, Luciana Tatagiba e Vanessa Elias de Oliveira na coluna Ponto de Vista do Nexo Jornal falando sobre Mulheres, Ciência e Pandemia.

Nessas condições, mulheres cientistas de diversos pontos do país e vinculadas a diferentes instituições se conectaram em torno de um problema: a desigualdade de gênero na vida das mulheres e seu agravamento na pandemia. A Rede analisada criou meios de se comunicar com a sociedade, demarcar um debate público relevante e trazer subsídios às ações estatais e políticas públicas que considerem mulheres em suas particularidades e diversidade.

Dentre os achados, é perceptível a forte presença de interações originadas nas plataformas da RBMC; apoio de outros portais à iniciativa e às reivindicações e propostas feitas; diversidade de temáticas relacionadas às questões de gênero; a persistência e o impacto negativo da desigualdade na vida das mulheres, bem como das pessoas à sua volta. Todas as manifestações reverberam a relevância do olhar de gênero e interseccional nas ações da sociedade como um todo.

Assim, a atuação da Rede se deu mediante publicações de conteúdos nas mídias da própria RBMC e de outras mídias, a exemplo do Portal Geledés e canais digitais institucionais de Universidades, na produção de textos, organização e participação em *Lives* e entrevistas. Ao ocupar esses espaços virtuais e pautar a discussão acerca das desigualdades de gênero, a RBMC atua no campo de disputa dos meios de comunicação, na difusão de conhecimentos embasados cientificamente, ao tempo em que promove uma qualificação do debate que se dava a partir do negacionismo científico e das pautas de costumes.

Ao fortalecer o debate público da condição desigual das mulheres (em sua diversidade constitutiva), a defesa da vida e de uma ciência mais engajada, suas articulações vão além do âmbito acadêmico-científico, em diálogo com a sociedade, ao buscar interesse na agenda pública, apontam as desigualdades de gênero e suas interseccionalidades enquanto desafio persistente e agravado pela deslegitimação da ciência no Brasil e da experimentação de uma crise sanitária com grande impacto social.

A desigualdade de gênero foi amplamente abordada pela RBMC durante o período pandêmico, foco da análise efetuada neste estudo. A abordagem das mulheres enquanto grupo heterogêneo, com diferentes vulnerabilidades, sobre as quais incidem distintas interseccionalidades - gênero, raça, classe, etnia, etc. -, foi evidenciada pela Rede enquanto estratégia de resistência ao desmonte das políticas públicas e para tensionar a formulação de políticas públicas com recorte de gênero. Do mesmo modo, foi foco de intervenção da RBMC a dualidade entre o público e o privado, com enfoque sobre a divisão sexual do trabalho e

atribuição do cuidado à mulher.

Como rede de mulheres cientistas, a RBMC também desenvolve debates acerca da equidade de gênero na academia, uma vez que este é também um espaço em que as desigualdades de gênero se fazem presentes no acesso de discentes, nas relações de trabalho e na dinâmica de produção e difusão de conhecimentos. Em uma esfera macrossocial, a violência e a representatividade das mulheres na política, igualmente, vêm sendo tratadas pela RBMC como um meio considerado central para redução das desigualdades de gênero.

Por certo, a mobilização e articulação social estão imbricadas na materialização de políticas públicas que vislumbram alterar a estrutura social que oprime mulheres ao longo da história. No caso da RBMC, o ativismo digital foi (permanece, considerando a continuidade da Rede) fundamental para sua articulação, organização e ações desenvolvidas - em rede, na rede, on-line e off-line. Logo, apesar de não haver contradição ou contraposição - independente da fonte, plataforma ou atores envolvidos - nas interações aqui analisadas, desperta-nos novos questionamentos. Pois considerando a voz em todas as possibilidades comunicativas, enquanto algo nato, quem escuta? Qual a real materialização do que é reivindicado? Pois, para além de serem ouvidas, disparidades de acesso e garantias têm que ser desfeitas, de fato.

## Referências

ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. *Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19*. 2ª versão. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/PEP-COVID19-SUMARIO\\_RCMND\\_V2\\_150720.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/PEP-COVID19-SUMARIO_RCMND_V2_150720.pdf). Acesso em: 16 Fev. 2021

ABRUCIO, F. L. et al. *Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental*. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul. 2020.

ARAÚJO, R. F. *Prefácio*. 2016. in.: FILHO, José Marques de Vasconcelos; COUTINHO, Sérgio. *O ativismo digital brasileiro*. Coleção o que saber. São Paulo, SP, Fundação Perseu Abramo, 2016

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

BARROS, S. C. V.; SILVA, L. M. C. *Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero*. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: Fundamentos e História*. Biblioteca Básica do Serviço Social. 4ª ed. Vol. 02. São Paulo: Cortez, 2006

BERNARDES, C. *Uso do Twitter para engajamento político*. *Compolítica*, v. 10, n. 3, p. 5-48, 28 dez. 2020.

BIROLI, F. *Autonomia e Desigualdade de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo - SP: Editora Horizonte, 2013

BIROLI, F. *Teorias feministas da política, empiria e normatividade*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, núm. 102, DOI: 10.1590/0102-173210/102. Setembro-Dezembro, 2017. pp. 173-210.

BIROLI, F. *Ciência, política e gênero*. 2020. In: BIROLI, Flávia *et al.* *Mulheres, Poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2020.

BONONE, L. M. *Construção de método para pesquisas de Frame Analysis*. *Estudos em Jornalismo e Mídia* Vol. 13 N° 2 Julho a Dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n2p78> Acesso em 18 mar 2022

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V.. *Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo*. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, p. e020015, 2020.

CAPONI, S. *Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal*. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-224, maio, 2020.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e Desigualdade no Brasil*. *Consciência em debate*. São Paulo: Selo Negro; 2011.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2005.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcel; Queiroz, Cristina. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. *Texto para Discussão*, n. 1137. Brasília. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1649>. Acesso em: 25 Nov. 2021

CRENSHAW, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*, 10(1): 171-188, 2002.

CUNHA, R.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. *Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq*. *Saúde debate* 45 (spe1), Oct 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>. Acesso em: 10 Mar 2022

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade* / Patrícia Hiil Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. 1ª Ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.

FILHO, J. M. V.; COUTINHO, S. *O ativismo digital brasileiro*. Coleção o que saber. São Paulo, SP, Fundação Perseu Abramo, 2016

FRASER, N. *Social justice in the age identity politics*. Redistribution, recognition and participation. In: Fraser N, Honneth A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange*. London: Verso; 2003. pp7-109

FRASER, N. *Fortunas del Feminismo: Del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal*. Traducción: Cristina Piña Aldao. ISBN: 978-84-943111-9-2. Madrid, Traficantes de Sueños, 2015

GONZALEZ, L. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS. 1984. p. 223-244.

HANGAI, L. A. *A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação*. Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Vol 2. Nº 1. Ano 2012

HORTON, R.. *The covid-19 catastrophe: what's gone wrong and how to stop it happening again*. ISBN: 978-1-5095-4646-6. Cambridge: Polity; 2020

\*\*\*

#### Sobre as autoras:

**Francisca Elizabeth Cristina Araújo Bezerra:** Graduação em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (2010), Pós-Graduação (Especialização) em Saúde Mental pela Faculdade MonteNegro (2014), Pós-Graduação (Especialização) em Serviço Social pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - FAVENI (2020); Pós-Graduação (Mestrado em andamento) em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro do Observatório de Políticas Públicas de Saúde (OPP-Saúde/UFC) Experiências Profissionais: Política Nacional de Assistência Social (Proteção Social Básica e Especial); Programa Bolsa Família; Programa Minha Casa Minha Vida II; Sistema Único de Saúde (Programas assistenciais, Educação em Saúde, atenção Primária e Secundária); Política de Saúde Mental - álcool e outras drogas (CAPS ad) e Infantojuvenil (CAPS i); Elaboração de Laudos e Pareceres para o Poder Judiciário; Docência no Ensino Superior e Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso. Interesses de pesquisa nos processos pedagógicos do Serviço Social, Participação Social e Movimentos Sociais, Feminismos, Desigualdade de Gênero, Saúde e Políticas Públicas.

**Juliana Guimarães e Silva:** Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ. Pós-Doutorado em Saúde Pública - Universidade do Porto, Portugal. Mestre

em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza, Especialista em Emergência pela Universidade Estadual do Ceará e Enfermeira pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente atua como Professora Visitante do Colégio de Estudos Avançados da Escola de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica, Universidade Federal do Ceará CEA/EIDEIA/UFC. Atuou como pesquisadora no Observatório Ibero-Americano de Saúde e Cidadania (ISPUP- Universidade do Porto/UFPB/DGP/CNPq). Atuou como pesquisadora colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Carelli - CLAVES/ESNP/FIOCRUZ (2010 a março de 2015). Desenvolveu atividade docente no curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e no curso de Enfermagem do Centro Universitário IBMR. Colaborou com o curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza na linha de pesquisa Violências, Segurança e Cidadania. Revisora da Revista Brasileira de Segurança Pública e da Revista de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP. Possui experiência profissional e docente na área de Políticas Públicas, Saúde Coletiva, Saúde Mental e Metodologia da Pesquisa. Atua como pesquisadora principalmente nos seguintes temas: Saúde Pública, violência e juventude, estudos de gênero, políticas públicas, segurança pública, avaliação de serviços de saúde, imigração, vulnerabilidades sociais e cidadania.

**Carmem Emmanuely Leitão Araújo:** Possui graduação em Psicologia (2004) e mestrado em Saúde Pública (2009) pela Universidade Federal do Ceará - UFC, doutorado (2017) e estágio pós-doutoral em Ciência Política (2018) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É Professora Adjunta no Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (DSC/FAMED/UFC), onde coordena o Internato em Saúde Coletiva. Coordena o Núcleo de Saúde Coletiva da UFC (NESC/UFC) e o grupo de pesquisa Observatório de Políticas Públicas de Saúde (OPP-Saúde/UFC). Integrante e membro do colegiado coordenador da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Comissão PPG/Abrasco). É professora permanente do colegiado do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública (PPGSP/UFC) desde 2019. Coordenadora do PPGSP/UFC no período 2020-2021 e 2021-2023. Foi Integrante Titular da Comissão setorial de Avaliação da FAMED/UFC (2021-2022). Membro do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais (CIAPSoc/UFMG). É integrante efetiva do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza, compondo a Mesa Diretora deste conselho (Gestão 2022-2024). Desenvolve e possui interesse em pesquisas relacionadas à Análise de Políticas Públicas de Saúde.

**Artigo recebido para publicação em:** 16 de outubro de 2023.

**Artigo aprovado para publicação em:** 23 de dezembro de 2023.

\*\*\*

**Como citar:**

BEZERRA, Francisca Elizabeth Cristina Araújo; SILVA, Juliana Guimarães e; ARAÚJO, Carmem Emmanuely Leitão. Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) e o enquadramento da desigualdade de gênero nas mídias sociais. *Revista Transversos*. Dossiê Gêneros, poderes e sexualidades nas tramas da história. Rio de Janeiro, n.º. 29, 2023. pp. 98-120. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/79565>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.79565

